

# Ulysses lembra que o plenário pode manter o presidencialismo

BRASÍLIA — O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que a decisão da Comissão de Sistematização a favor do parlamentarismo como sistema de governo não é definitiva e poderá ser modificada no plenário. Ulysses afirmou desconhecer qualquer intenção do Presidente José Sarney vir a convocar eleições diretas em 1988, em função da derrota de sua posição a favor do presidencialismo. Ele garantiu que o Presidente continuará lutando por suas idéias, porém, como um democrata, prestigiará a decisão que for tomada pela Constituinte.

— Eu estive há dois dias jantando com o Presidente Sarney — revelou Ulysses — e conversamos durante cerca de três horas e ele não fez qualquer menção à convocação de eleições diretas.

Segundo Ulysses, o tema principal abordado no encontro foi a necessidade de se acelerarem os trabalhos



Ulysses recebe o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna

da Assembleia Nacional Constituinte de modo que a nova Carta fique pronta até o fim do ano. O Deputado afirmou que está otimista em relação aos resultados já obtidos na Constituinte e acredita que a Constituição em elaboração será justa e progressista.

— Nós que temos experiência — comentou Ulysses — sabíamos de antemão que seria um trabalho difícil. É um trabalho às vezes nervoso, em clima emocional, senão passional. Os interesses que estão em causa são muito grandes, interesses civis, legítimos, que devem ser decididos, mas entendo que se vai progredindo bem.

## Quércia: 'Decisão foi uma perda para o Presidente'

SÃO PAULO — A aprovação do sistema parlamentarista pela Comissão de Sistematização representou uma derrota para o Presidente José Sarney, afirmou ontem o Governador Orestes Quércia.

— Acho que se pode analisar a decisão como uma perda para o Presidente, já que ele defende o presidencialismo — disse Quércia em entrevista, após encontro de hora e meia, no Palácio dos Bandeirantes, com o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Também defensor do sistema presidencialista, Quércia acredita na possibilidade de a proposta da Comissão de Sistematização ser derrotada em plenário. Mas evitou previsões sobre o resultado da votação, argumentando que é muito difícil definir, hoje, o peso de cada grupo. Observou, porém, que não foi surpresa a aprovação do parlamentarismo nessa etapa das discussões na Constituinte. Mas disse que apoiará o sis-

tema que for aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte.

— Esse será o sistema de Governo que vamos defender, porque, acima de todas as questões, está o interesse do País, o equilíbrio da inflação, o equilíbrio social.

No seu encontro com Bresser, Quércia disse ter tratado dos problemas econômicos e políticos do País, e também de assuntos do interesse de São Paulo. Afirmou ainda que Bresser sugeriu a construção de um museu, para reunir os acervos do Palácio dos Bandeirantes, do Banco do Estado e da Eletropaulo.

Satisfeito com a aprovação do parlamentarismo, o Governador Pedro Simon sugeriu ontem, em Porto Alegre, que a Comissão de Sistematização aprove, nas Disposições Transitórias, um artigo que determine a implantação do novo sistema de Governo somente em 1990, depois de encerrado o mandato do Presidente

## Objetivo é tentar adiar novo sistema

BRASÍLIA — O adiamento da implantação do parlamentarismo será a principal meta dos presidencialistas. A estratégia mudará quando começar a votação no plenário da Constituinte, onde, segundo o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, as forças serão concentradas no combate ao parlamentarismo. Segundo Sant'Anna, a fórmula republicana está profundamente identificada no Brasil com o presidencialismo e uma mudança de sistema só poderia ser autorizada por um plebiscito.

— O último plebiscito que houve derrubou o parlamentarismo no Brasil. Dizem que isso foi há 27 anos, mas os juristas também têm observado que a Constituição norte-americana tem 200 anos e continua em vigor — afirmou.

Sant'Anna revelou que os presidencialistas se empenharão agora, na Comissão, em tentar conseguir que o Governo Sarney seja concluído sob o regime presidencialista. Enquanto isso, segundo ele, as instituições seriam preparadas para que o parlamentarismo fosse implantado só após a eleição do novo Presidente da República.

José Sarney.

Simon alertou os constituintes favoráveis ao parlamentarismo para as manobras que os defensores do presidencialismo poderão adotar na votação em plenário. "Tudo é possível hoje no Congresso", disse o Governador, lembrando a manobra do Líder do PFL, Deputado José Lourenço, que tentou substituir os constituintes parlamentaristas de seu partido na Comissão de Sistematização.

Ainda envolvido em acertos na máquina administrativa do Rio Grande do Sul, Simon fez uma advertência a todos os ocupantes de cargos no Governo do Estado: "Ninguém no meu Governo usará qualquer tipo de cargo para candidatura pessoal". Esclareceu, porém, que isso não significa um impedimento absoluto para que seus Secretários ou presidentes de estatais sejam candidatos nas próximas eleições.

## Deputada abre polêmica ao criticar editorial do GLOBO na Comissão

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização dedicou ontem cerca de uma hora e meia da sessão aos elogios e críticas ao editorial do GLOBO "Usurpação de poderes", publicado na edição de ontem. No editorial, o jornal questiona a legitimidade da Constituinte para tomar decisões a respeito de temas como, por exemplo, sistema de governo e mandato presidencial.

Logo no início da sessão, a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) foi à tribuna, com um exemplar do jornal nas mãos, para protestar contra o editorial, que, segundo ela, atenta contra a soberania da Constituinte. A Deputada solicitou à Mesa da Comissão que encaminhasse requerimento ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pedindo a convocação da rede de televisões educativas para que os constituintes pudessem responder ao editorial. Segundo Sandra, o conteúdo do editorial segue a mesma linha de pensamento do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, em programa na TV Educativa, dias atrás.

— Até as frases do editorial repetem o pensamento de Saulo Ramos. São afirmações graves. Até agora, ninguém tinha tido a audácia e o dispende de contestar em editorial as decisões da Constituinte. É a manifestação faz parte de um movimento subversivo, do começo de uma orquestração conspiratória que visa impedir o nosso trabalho — afirmou.

Quando a Deputada concluiu seu discurso, sob aplausos dos demais constituintes, o primeiro Vice-Presidente da Comissão de Sistematização, Deputado Aloísio Campos (PMDB-RN), informou ao plenário que encaminhara o requerimento a Ulysses. Mas, apesar de tentar iniciar o processo de votação, os líderes de todos os partidos enfileiraram-se nos microfones do plenário para se manifestar sobre o edito-

rial.

O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), afirmou que não procede a interpretação de Sandra sobre a coincidência das palavras de Saulo Ramos com o editorial. Sant'Anna afirmou que em nenhum momento o Consultor Geral emitiu qualquer palavra ofensiva à Constituinte, mas opiniões.

— Quanto ao editorial, é absolutamente válido, na medida em que estabelece o clima do contraditório tão salutar à democracia que todos nós desejamos ver implantada no País — disse. — Não vejo como exigir que todas as opiniões emitidas sobre a Constituinte sejam favoráveis.

Na mesma linha, falou o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) — filho do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

— A professora (Sandra) está tentando com isso impedir que qualquer segmento da sociedade se manifeste contrário às decisões que estão sendo tomadas aqui. As críticas são construtivas e defendo o direito do GLOBO de expressar suas opiniões, que só virão contribuir para o andamento dos nossos trabalhos.

O Senador José Fogaça (PMDB-RS), Relator Adjunto, falou em nome do Relator Bernardo Cabral. Segundo ele, a Relatoria está solidária com as palavras corajosas da Deputada. Fogaça afirmou que a Relatoria reconhece que, neste momento, a Comissão de Sistematização precisa reagir com firmeza às ofensas e agressões que visam atingir a soberania da Constituinte.

— A palavra usurpação supõe que um poder menor se insurge contra um maior, o que não é realidade. No momento em que se acusa a Constituinte de estar usurpando os poderes do povo brasileiro, procura-se recusar reconhecer a sua soberania — disse Fogaça.

O Vice-Líder do PT José Genoíno (SP) disse que a discussão estava

## Pressa e equívoco

O jornal O GLOBO aplaude a liberdade de que goza a Deputada Sandra Cavalcanti para criticar o editorial "Usurpação de Poder". É seu direito inarredável, como o de qualquer outro cidadão, num regime democrático.

A Deputada não pode esquecer, porém, que a mesma democracia por ela defendida garante a todos o livre exercício do pensamento. E a liberdade de imprensa jamais poderia ser confundida com um atentado à soberania dos poderes instituídos.

De resto, a Deputada quis dar como preceito estabelecido algo que ainda é proposta e não decisão firmada no Plenário soberano da Constituinte. À primeira confusão segue-se esta outra, o que evidencia a preocupação dos parlamentaristas de manter-se acima de qualquer juízo. O que, reconhecemos, não é uma atitude democrática.

tomando um rumo errado. Não se tratava de discutir a liberdade de imprensa, mas de chamar a atenção para uma situação política de extrema gravidade que está se configurando: a de afirmar que a Constituinte não tem poderes para tomar decisões.

— Isto faz parte de uma articulação da ultra-direita, que vem realizando reuniões em Brasília com o objetivo de articular o fim da Constituinte. Esta é a questão de fundo. As articulações têm aqui dentro os seus defensores, mas seus inspiradores estão lá.